



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

14382 - Resumo Expandido - Trabalho - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT02 - História da Educação

NOTAS SOBRE OS SENTIDOS DA ESCRITA NA CAPITANIA DE GOIÁS NO SÉCULO XVIII

Alan Ricardo Duarte Pereira - UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

NOTAS SOBRE OS SENTIDOS DA ESCRITA NA CAPITANIA DE GOIÁS NO SÉCULO XVIII

Resumo: A prática da escrita não estava ausente no período colonial entre os séculos XVI e XVIII. O principal meio de comunicação entre Portugal e suas regiões ultramarinas (América portuguesa, África, Índia) ocorria com base na escrita de cartas, ofícios, leis, mapas de receitas e despesas. Nesse sentido, as práticas de escritas mobilizavam uma variedade de conhecimentos (leitura, oralização, letramento, “ouvir falar”, ditados) e sujeitos (letrados e iletrados, governadores, escravizados, mulheres, indígenas). Para tanto, o presente trabalho busca compreender os sentidos para a escrita na Capitania de Goiás no decorrer do século XVIII identificando, sobretudo, os usos sociais desta prática por diferentes sujeitos e instituições.

Palavras-chave: Brasil colonial. Usos sociais. Capitania de Goiás.

INTRODUÇÃO

Não se pode esquecer que, nas últimas décadas, o campo da História da Educação, viveu um intenso debate epistemológico e teórico. De uma visão apenas oficial e com enfoque em grandes personagens, a História da Educação tem buscado (re) pensar outros sujeitos e narrativas (FARIAS FILHO; VIDAL, 2003)^[1]. Ademais, embora tais mudanças sejam percebidas nas práticas historiográficas e tenham provocados mudanças de perspectivas

na História da educação, o recorte temporal privilegiou, na maioria das vezes, os séculos XIX e XX. Além disso, ainda se percebe na História da Educação a consagração de uma instituição, a escola, como espaço privilegiado. Mais exatamente, os manuais escolares, a cultura escolar, o currículo, a atuação do Estado e da Igreja, métodos de ensino, leis e regimentos aparecem, por conseguinte, no horizonte de análise das investigações (CATANI; FARIAS FILHO, 2002). Nesse sentido, cabe perguntar: como pensar outras perspectivas para a História da Educação no século XVIII no Brasil?

Nesse sentido, a escrita aparece como campo privilegiado por carregar uma multiplicidade de sentidos e também porque foi apropriada por uma infinidade de sujeitos e instituições. O estudo da Capitania de Goiás no século XVIII justifica-se, portanto, por envolver um espaço marcado por representantes régios (governadores, juizes, religiosos) e moradores locais (escravizados, indígenas, mulheres, mineradores). Tais sujeitos utilizaram da escrita em determinados momentos da sua trajetória. Além disso, os estudos das práticas de escrita dilatam a compreensão sobre a educação no século XVIII, na medida em que identifica outros espaços não-formais e sujeitos.

OS SENTIDOS DA ESCRITA NA CAPITANIA DE GOIÁS NO SÉCULO XVIII: NOTAS E REFLEXÕES

Para tanto, desenvolvemos uma pesquisa a respeito da sociedade colonial e a educação com base no estudo de sujeitos que se utilizaram da escrita. Mais exatamente, a preocupação foi de recuperar, identificar e caracterizar os sujeitos daquele período histórico a partir de uma prática social: a escrita.

De maneira geral, é possível observar que ao menos dois temas são privilegiados pela historiografia do período colonial no campo da História da Educação: a atuação da Igreja na área educacional e as reformas pombalinas. Nesse sentido, observa-se que “A educação, nesse contexto, é abordada em sua dimensão institucional”. (RACHI, 2016, p.29).

Tal tradição historiográfica resulta, de um lado, da influência da obra de Fernando de Azevedo no cenário brasileiro e, de outro, demonstra a prática de uma historiografia institucional. Em seus estudos acerca da educação período colonial, a pesquisadora Thais Nívia de Lima e Fonseca (2003;2009;2010) já havia identificado essa prática historiográfica e chamou a atenção para a necessidade de desenvolver pesquisas com outros enfoques. Assim, é fundamental conceber a educação no período colonial a partir do conceito de “práticas educativas”. Quer dizer “[...] maneiras de fazer cotidianas dos sujeitos históricos relacionadas social e culturalmente na construção de seus espaços, suas posições e identidade. (FONSECA, 2009, p.10).

Ademais, o alerta da respectiva historiadora é importante porque os processos

considerados educacionais no período colonial são carregados de outra lógica. Em outras palavras, nas sociedades do século XIX, a educação escolar, especialmente após a Revolução Francesa de 1789, iniciou sua caminhada de institucionalização - a dita educação nacional - sob a tutela do estado. Por outro lado, no século XX assistiu-se, aqui ou ali, a obrigatoriedade da educação escolar, a presença de diferentes faixas etárias, segmentação em grupos (infância, adultos), criação de instituições e redes de ensino (SAVIANI, 2007, 2018). No entanto, o século XVIII não apresentou essas características. Pelo contrário, ali o entendimento da educação e suas finalidades eram carregadas de outros sentidos. Assim, é fundamental conceber a educação no período colonial a partir do conceito de “práticas educativas”.

Portanto, baseado no conceito de práticas educativas entendemos que, a despeito da sociedade colonial ser marcada pela palavra escrita (ou pelo uso esporádico) e o ensino “[...] das primeiras letras constituir-se em caminho para possível inserção social, mesmo as pessoas não letradas com ela estabeleceram contato, dela se apropriaram, o que possibilitou o desempenho de papéis sociais”. (RACHI, 2016, p.42).

Nesse contexto, a ideia central da nossa pesquisa foi identificar os sujeitos que utilizaram da escrita como forma de mediação nas relações sociais e mobilizaram, com isso, de saberes e conhecimentos no contexto da sociedade colonial. Pretendemos corroborar a hipótese de que, embora se trata de uma sociedade pouco letrada e/ou escolarizada, a escrita foi utilizada para diferentes objetivos. Os sujeitos escolhidos não são os representantes régios – normalmente portugueses – e que tinham algum tipo de formação em Portugal (frequentado universidades, seminários e colégios). O interesse recaiu, especialmente, naqueles que não tinham nenhuma formação e que, mesmo assim, utilizaram-se da escrita. A problematização do trabalho é justamente essa: como entender a presença massiva de “iletrados” escrevendo e remetendo cartas ao rei português? Quais os caminhos e estratégias utilizadas por esses sujeitos para o acesso à escrita?

Por exemplo, um simples comerciante, por exemplo, localizado na Bahia do século XVIII trazia escravizados para a Capitania de Goiás, comunicava-se com o uso da escrita e também por práticas orais, registrava a venda e compra, emprestava e pedia créditos, participava de missas e encontros religiosos (FURTADO, 1999). Ou seja, a biografia de um comerciante ilustra a importância da ideia de práticas, uma vez que recoloca em cena as estratégias, desejos e interesses dos sujeitos da sociedade colonial. No mesmo sentido, a partir da vida de um comerciante percebe-se a dimensão educacional. Mesmo afastado de instituições educacionais ou sem domínio da escrita, o comerciante utilizou-se de saberes e conhecimentos. A prática de comerciar reunia, ao mesmo tempo, a oralidade e a escrita. Afinal, era fundamental registrar as transações comerciais, seja a venda de escravizados ou no momento de contar o patrimônio.

Assim, constatamos que os indivíduos ditos “iletrados” apropriaram-se de alguma forma da escrita. Quer dizer, escravizados, mulheres-viúvas, pardos, indígenas e comerciantes “escreveram” cartas e missivas. A documentação do Arquivo Histórico Ultramarino (AHU) ^[2] consta o registro de cartas, ofícios, representações e solicitações encaminhadas a Portugal. Eram sujeitos que denunciavam arbitrariedades, expunham sua situação, comprovaram seus direitos e percorreram, por conseguinte, seus interesses.

A escolha destes sujeitos decorreu pela sua posição social no contexto de uma sociedade de Antigo Regime. Quer dizer, mulheres, viúvas pardos, mulatos, presos e negociantes estavam excluídos socialmente. Não poderiam ocupar cargos ou requerer direitos. Mais do que isso, não recebiam instrução – e, portanto, na maioria dos casos – não dominavam os conhecimentos da escrita e da leitura. Afinal, em que momento da sua trajetória usaram da escrita e por qual motivo? Ora, se não sabiam ler e/ou escrever como explicar a existência de cartas e requerimentos ao rei português?

Não se trata de cartas “autorais”, mas escritas compartilhadas, isto é, tal perspectiva distancia-se de uma “ [...] abordagem comprometida unicamente com a capacidade autônoma de redigir, com a alfabetização em seu sentido restrito ou, em última instância, com a educação institucionalizada”. (RACHI, 2016, p.43). A escrita compartilhada mostrou-se comum nos espaços coloniais, uma vez que não sabendo ler e/ou escrever, tais sujeitos solicitaram que letrados - escrivães - representassem no papel seus desejos e solicitações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A nossa proposta de pesquisa no campo da História da Educação no período colonial buscou, especialmente, evidenciar e analisar os sujeitos que, mesmo excluídos socialmente, percorreram seus interesses e quebraram os interditos sociais. Apropriaram-se da cultura escrita num momento em que a escolarização era incipiente e que, além disso, poucos tinham acesso ao ler e escrever. Construíram sua história lançando mão de estratégias e alianças, tornando-se, portanto, sujeitos dotados de sentimentos e escolhas.

Com o estudo da biografia e das práticas de escrita, também buscamos mostrar que a Capitania de Goiás não foi marcada unicamente pelo ouro. Havia naquela sociedade outros interesses e situações que não se reduziam apenas na dimensão econômica. Embora a exploração aurífera tenha acompanhado a colonização portuguesa no século XVIII, as práticas de escrita foram fundamentais para que, de uma ponta a outra do Atlântico, as informações e comunicações entre Portugal e suas capitanias fossem realizadas. Nestas comunicações, relatava-se a situação da capitania, das populações locais, do ouro arrecadado e do comércio. Não somente isso, a escrita permitiu que diferentes sujeitos transformassem seus desejos em cartas e enviasse, por sua vez, ao rei português suas petições. Portanto, viúvas, escravizados, forros, presos e pardos construíram sua biografia apropriando-se de saberes e conhecimentos disseminados pela oralidade e pela escrita.

REFERÊNCIAS

CATARNI, Denice Barbara. FARIAS FILHO, Luciano Mendes de. Um lugar de produção e a produção de um lugar : a história e a historiografia divulgadas no GT História da Educação da ANPEd (1985-2000). **Rev. Bras. Educ.** (19), Abr 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/gh7nGVYpKmBgiShVFSSB8Bv/?format=pdf&lang=pt> .

Acesso em 31/03/2023.

FONSECA, Thais Nivia de Lima e. Historiografia da educação na América portuguesa: balanço e perspectivas. In: **CONGRESSO DE PESQUISA E ENSINO EM HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO EM MINAS GERAIS**. Anais 2., 2003, Uberlândia.

_____. **O ensino régio na Capitania de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

_____. **Letras, ofícios e bons costumes: civilidade, ordem e sociabilidades na América portuguesa**. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

RACHI, Sílvia. **Por mãos alheias: usos da escrita na sociedade colonial**. Belo Horizonte: PUC-MG, 2016.

SAVIANI, D. **Escola e Democracia**. Campinas: Autores Associados, 2018.

SAVIANI, D. **História das idéias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2007.

[1] Os pesquisadores da História da Educação, Luciano Mendes de Faria Filho e Diane Gonçalves Vidal, tem buscado mapear e caracterizar o campo historiográfico educacional. Nesse sentido, numa tentativa de síntese acrescentam que é possível pensar a constituição do campo da História da Educação a partir de dois momentos: o primeiro, ligado com a tradição do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil (IHGB) no século XIX e também com a criação do magistério entre 1940 e 1970. Por outro lado, o segundo momento incide na criação dos primeiros programas de pós-graduação no Brasil, nomeadamente na década de 1980.

[2] No site do Projeto Resgate (https://cmd.unb.br/resgate_ahu.php) e também da Biblioteca Nacional (<http://resgate.bn.br/docreader/docmulti.aspx?bib=resgate>) é possível consultar os documentos manuscritos de todas as capitanias da América portuguesa. O projeto de digitalização contou com a parceria entre o governo português e o Ministério da Educação e, a partir de 2005, foi disponibilizado para consulta no site e também o catálogo.